



**UNIVERSIDADE INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFROBRASILEIRA DIRETORIA DE EDUCAÇÃO ABERTA E À
DISTÂNCIA (DEAAD) INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS – ICSA CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

ADRIANA PEREIRA DA SILVA

**AS INCUBADORAS E A INCLUSÃO PRODUTIVA: O Apoio aos
Empreendimentos de Economia Solidária.**

REDENÇÃO-CE

2018

ADRIANA PEREIRA DA SILVA

**AS INCUBADORAS E A INCLUSÃO PRODUTIVA: O Apoio aos
Empreendimentos de Economia Solidária.**

Monografia apresentada ao programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal Universidade Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB), Diretoria de Educação Aberta e a Distância, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof.º Ms. C. Francisco Wilson Ferreira da Silva

REDENÇÃO –CE

2018

Silva, Adriana Pereira da.

S578i

As incubadoras e a inclusão produtiva: o apoio aos empreendimentos de economia solidária / Adriana Pereira da Silva. - Redenção, 2018.

24f: il.

Monografia - Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, Coordenação De Pós-graduação, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Wilson Ferreira da Silva.

1. Economia solidária - Brasil. 2. Empreendimentos solidários. 3. Inclusão produtiva. 4. Incubadoras universitárias. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 331.10981

FOLHA DE AVALIAÇÃO

A monografia intitulada *As Incubadoras e a Inclusão Produtiva: O Apoio aos Empreendimentos de Economia Solidária*, de autoria de Adriana Pereira da Silva, sob orientação do Prof. Ms.c. Francisco Wilson Ferreira da Silva, apresentada em sessão pública ao Programa Pós-graduação em Gestão Pública Municipal da Diretoria de Educação Aberta a Distância, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), da Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal, foi aprovada em 14/04/2018, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.º Ms.c. Francisco Wilson Ferreira da Silva

Mestre em Economia (Setor público) pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
Orientador (PPGPM-UNILAB)

Prof.ª Dra. Rejane Felix Pereira

Doutorado em Engenharia Civil (Recursos Hídricos) pela Universidade Federal do Ceará
Examinadora Interna 02 (PPGPM-UNILAB)

Prof.ª Dra. Maria Ivoneide Vital Rodrigues

Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará
Examinadora Interna 02 (PPGPM-UNILAB)

AGRADECIMENTOS

À minha família: mãe, pai e irmãos pelo apoio e pela fortaleza;

Diante desta conquista, agradeço a todos que contribuíram no decorrer desta jornada, que estiveram ao meu lado, por terem contribuído com seu apoio para a realização de mais este momento de aprendizagem: Ao senhor Deus por iluminar minha caminhada e minhas escolhas.

Agradeço a minha mãe Francisca Pereira da Silva e a meu pai Raimundo Vicente da Silva pelo amor incondicional e por sempre acreditarem em mim; ao meu esposo Jadiel Januario Carneiro, ao meu filho Pedro Nycolas Silva Carneiro que me fortaleceu e me impulsionou a concluir este curso.

Ao orientador Prof.^o Ms.c. Francisco Wilson Ferreira da Silva pelo apoio e contribuições a mim prestadas para a realização deste trabalho.

Aos professores participantes da banca examinadora Prof.^o Ms.c. Francisco Wilson Ferreira da Silva, Prof.^a Dra. Rejane Felix Pereira e Prof.^a Dra. Maria Ivoneide Vital Rodrigues pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

A Unilab, seu corpo docente, direção e administração do curso EaD Gestão Pública Municipal que oportunizaram a efetividade da minha pós-graduação.

LISTA DE ABREVIATURAS

CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FINAEP	Financiadora de Estudos e Projetos
IADH	Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
OEA	Organização dos Estados Americanos
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
UNILAB	Universidade Internacional da Lusofonia Afro Brasileira

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Processo de Incubação	21
----------	-----------------------	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. DESENVOLVIMENTO.....	13
2.1. As incubadoras universitárias como fomento de tecnologia social.....	13
2.2. Inclusão produtiva e geração de renda.....	17
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	20
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
5. REFERÊNCIAS.....	24

RESUMO

As incubadoras universitárias de empreendimentos solidários se caracterizam como um espaço de grande importância onde são desenvolvidas pesquisas teóricas e empíricas sobre a economia solidária, buscando contemplar ações políticas que vise atender uma classe social que esteja desprovida da inclusão produtiva. O presente trabalho tem o objetivo de fazer uma análise da importância das incubadoras universitárias no processo de inclusão produtiva dos empreendimentos de economia solidária, bem como compreender a relevância dessa inclusão para a qualidade de vida das pessoas. O processo de desenvolvimento do empreendimento é trabalhado por meio de três fases: pré-incubação, incubação e pós-incubação. Geralmente o trabalho de incubação constitui uma ação sistemática de monitoramento através de atividades de campo desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar. A metodologia realizada do estudo se deu por pesquisa bibliográfica, onde foram consultados sites, artigos, e livros elaborados sobre o tema em questão. Como fruto da pesquisa, percebe-se que as incubadoras são um instrumento de integração ao ensino, pesquisa e extensão direcionadas a atender a demanda da sociedade. Ela parece atuar como um catalizador para solucionar vários problemas sociais, principalmente por ser um meio destinado a dar assistência e amparar o estágio inicial de empreendimentos, favorecendo o conhecimento, a autonomia organizativa, e a viabilidade econômica.

Palavras-chave: Incubadoras universitárias. Inclusão produtiva. Empreendimentos solidários.

ABSTRACT

University incubators of solidarity enterprises are characterized as a space of great importance where theoretical and empirical research on solidarity economy is developed, seeking to contemplate political actions aimed at attending to a social class that is devoid of productive inclusion. The present work has the objective of analyzing the importance of university incubators in the process of productive inclusion of enterprises of solidarity economy, as well as to understand the relevance of this inclusion for the quality of life of the people. The development process of the enterprise is worked through three phases: pre-incubation, incubation and postincubation. Generally the incubation work is a systematic monitoring action through field activities developed by a multidisciplinary team. The methodology of the study was given by bibliographic research, where sites, articles and books were consulted on the topic in question. As a result of the research, it is noticed that incubators are an instrument of integration to teaching, research and extension directed to meet the demand of society. It seems to act as a catalyst to solve various social problems, mainly because it is a means to assist and support the initial stage of entrepreneurship, favoring knowledge, organizational autonomy, and economic viability.

Keywords: University incubators. Productive inclusion. Joint ventures.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a desigualdade social possui um grande poder de causar desequilíbrio na vida das pessoas, em todos os aspectos, seja familiar, econômico, financeiro dentre outros. Em muitos casos, a situação exige que se tome medidas na forma de planejar e executar as políticas públicas e, por outro lado, tem motivado a muitos sujeitos tomarem iniciativas para modificarem suas realidades.

Na maioria das vezes, essas medidas são tomadas sem um apoio educacional, ou sem uma orientação adequada para se ter uma gestão do empreendimento com qualidade e eficiência. É nessa perspectiva que as incubadoras universitárias atuam, para apoiar o grande número de empreendedores a gerir seus negócios e que os mesmos adquiram conhecimento e autogestão. Deste modo, elas atuam prestando assessorias a esses empreendimentos, oferecem cursos, oficinas e espaços para comercialização de seus produtos.

Segundo o Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano, IADH (2014), as incubadoras possuem diversas metodologias de atuação e de atenção aos empreendimentos, agindo estrategicamente como instrumento de inclusão produtiva e de gestão social na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento local ou regional.

As incubadoras universitárias entram com o papel de desenvolver pesquisas, realizar ações de extensão e aprimorar conhecimentos e saberes na área do ensino. Elas se caracterizam como um espaço de grande importância onde são desenvolvidas pesquisas teóricas e empíricas sobre a economia solidária, buscando contemplar ações políticas que vise atender, através das ações de extensão, uma classe social que esteja desprovida da inclusão produtiva. Um dos papéis fundamentais dessas incubadoras é desenvolver um trabalho estratégico que dê continuidade as iniciativas de empreendimentos solidários e que contribuam para que os empreendedores mantenham um trabalho de cooperação e com perspectiva da autogestão (PRONINC, 2011).

Para Culti (2007), as incubadoras surgem pela crescente demanda de trabalhadores que buscam iniciar um empreendimento. Elas desempenham um importante papel ao se tornar um espaço de troca de experiências e autogestão,

conectando esses empreendimentos e possibilitando o crescimento conjunto e auto sustentável, onde a inclusão produtiva esteja presente e com isso haja mudanças na vida das pessoas.

A inclusão produtiva, também denominada de geração de trabalho e renda, é evidenciada principalmente pela orientação aos empreendimentos e grupos para o acesso a mercados, promovendo a integração e apoiando através de formação social e profissional. Ela é concebida através do fortalecimento de vínculos sociais, comunitários e por meio do desenvolvimento da capacidade para agir com autonomia, de forma que o objetivo principal seja a melhoria e a qualidade de vida (REIS, 2012).

A problemática pesquisada consiste em saber se as incubadoras universitárias são realmente um instrumento de apoio e de inclusão para os empreendedores que elas incubam.

Observando que a pesquisa mostra as mudanças que podem existir na vida dos empreendedores quando os mesmos são incubados, a hipótese considera que as incubadoras podem caracterizar-se como uma ferramenta que impulsiona os grupos de empreendimentos para a autonomia organizativa.

Dessa maneira, o objetivo proposto do trabalho é fazer uma análise da importância das incubadoras no processo de inclusão produtiva dos empreendimentos de economia solidária, bem como compreender a relevância dessa inclusão, para a qualidade de vida das pessoas.

A pesquisa caracteriza-se como estudo bibliográfico, que é um estudo desenvolvido a partir de materiais já elaborados, constituído principalmente de livros e artigos científicos, permitindo ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos bem mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2008).

O trabalho está dividido em cinco partes, começando pela introdução, que faz um apanhado sobre o tema em questão, seguido pelo referencial teórico, onde foi pesquisado trabalhos já elaborados sobre tema estudado. Nesse tópico, evidencia-se as incubadoras universitárias como fomento de tecnologia social e a inclusão produtiva e geração de renda. Na sequência, têm-se os resultados e discussão, onde foi delineado as implicações propostas pelos objetivos da pesquisa. Em seguida

temos as conclusões que foram baseadas em todo o achado do estudo, encadeando as referências bibliográficas que balizaram a teoria estudada.

2 DESENVOLVIMENTO

O trabalho aqui apresentado faz um aparato sobre as incubadoras universitárias e o seu papel no que tange ao apoio e relevância para os empreendimentos em fase inicial ou os que já existem, mas que necessitam de ajuda para a auto sustentação, de forma que esse apoio compreenda ações de estímulo as atividades realizadas por esses empreendedores, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida.

2.1 As Incubadoras Universitárias como Fomento de Tecnologia Social

Diante do cenário desfavorável em que as desigualdades sociais afetam grande parte dos brasileiros, ocasionando a má distribuição de renda seguida pelas suas consequências como a pobreza, miséria e desemprego, muitos trabalhadores encontram uma forma de reagir a esse processo de exclusão social, e driblar as dificuldades econômicas. Essa medida consiste em apostar no seu próprio empreendimento, considerando a disponibilidade e oportunidade dos recursos, no qual eles tenham condições de produzirem e venderem seus produtos, tornando-os sustentáveis e rentáveis.

Em muitos casos, esses empreendedores necessitam de apoio técnico como assessorias, instruções sobre finanças, empréstimos, acesso ao mercado dentre outros.

É nessa perspectiva que as incubadoras universitárias entram com o papel de desenvolver pesquisas sobre formas de como apoiar, onde a ação política esteja voltada para atender esse público excluído da sociedade.

No Brasil, as incubadoras tecnológicas de cooperativas começaram a surgir a partir da década de 1990, nas universidades federais brasileiras, como uma alternativa de empreendimento solidário. Sua origem está fortemente relacionada a fatores políticos, sociais e econômicos, movidos pelo movimento a favor da cidadania,

contra a fome e a miséria. Existem no Brasil mais de 130 incubadoras espalhadas pelas universidades, fruto de iniciativas de diferentes governos em nível municipal e estadual (FRANÇA FILHO, CUNHA 2009).

Destarte, as incubadoras de empreendimentos solidários auxiliam as pessoas pertencentes a um grupo, na geração de trabalho e renda, apoiando suas iniciativas fundamentadas nos princípios da economia solidária e da autogestão. Elas agem como estratégias de assistência e auxílio para os empreendimentos que estão no estágio inicial, ou os que já existem a algum tempo, mas que precisam de apoio técnico para assessora-los e assim ajuda-los a caminhar com as próprias pernas. Suas atividades consistem em estabelecer uma ação ordenada de monitoramento através de trabalhos desenvolvidos por uma equipe multidisciplinar, como bolsistas, professores, técnicos visando a transformação da realidade dos atores envolvidos.

Além de ajuda-los, elas ensinam os empreendedores na prática a melhorar e qualificar seu empreendimento, por meio de processo educativo, valorizando o conhecimento popular e científico e relacionando-os com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e assim proporcionando à inclusão produtiva e social e contribuindo para o fortalecimento do desenvolvimento econômico local e regional (PRONINC, 2011).

Para Borba (2011), os empreendimentos de economia solidária são excluídos não apenas nos aspectos econômicos e emancipatórios, mas também do acesso ao crédito, geralmente por falta de garantias exigidas pelo sistema financeiro convencional, dos serviços públicos, das dificuldades de comercialização e dificuldades em gerenciar seu negócio.

Segundo Perissé e Addor (2017), as incubadoras universitárias configuram-se como um espaço de disseminação do conhecimento:

Construídas com base nos princípios e nas práticas da extensão universitária e da educação popular, as incubadoras tecnológicas de economia solidária (Ites) têm se configurado, ao longo dos anos, como espaços profícuos de articulação entre pesquisa, ensino e extensão, com o propósito de gerar conhecimentos adequados às demandas de transformação social. A prática da incubação assume um papel duplo, pois, por meio das suas atividades, volta-se para a sociedade, no apoio aos processos de auto-organização de grupos socialmente excluídos, e também

para a universidade, produzindo insumos para pesquisa, construindo processos de aprendizagem e mobilizando e integrando diversas áreas do saber e campos de atuação profissional (PERISSÊ, ADDOR, 2017, P. 130).

Nesse sentido, além das incubadoras ser um meio de estudo e pesquisa nas universidades, também vêm se propondo a apoiar os empreendimentos que se encontram vulneráveis na atuação do mercado, levando em consideração que o ritmo de crescimento da exclusão social é bem maior que o ritmo de inclusão. Elas configuram-se como um instrumento de elaboração de técnicas para solucionar um problema social.

Conforme relata Culti (2007), as incubadoras surgem pela crescente demanda de trabalhadores que buscam iniciar um empreendimento. Elas desempenham um importante papel ao se tornar um espaço de troca de experiências e autogestão, conectando esses empreendimentos e possibilitando o crescimento conjunto e auto sustentável.

As incubadoras universitárias segundo Culti (2007), são espaços que agregam vários profissionais com o objetivo de fortalecer os empreendimentos econômicos solidários:

As Incubadoras Universitárias de empreendimentos econômicos solidários constroem uma tecnologia social cada vez mais utilizada no âmbito das ações de geração de trabalho e renda. São espaços que agregam professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos de diversas áreas do conhecimento, bem como programas internos existentes nas universidades para desenvolverem pesquisas teóricas e empíricas sobre a economia solidária, além das atividades de incubação de empreendimentos econômicos solidários, com o objetivo de atender trabalhadores que tencionam organizar seus próprios empreendimentos sejam cooperativas, associações ou empresas autogestionárias, urbanas ou rurais (CULTI, 2007, P. 5).

Segundo o Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC, 2011), a inserção das incubadoras nas instituições de ensino superior, vêm contribuindo de forma diferenciada para a construção de uma nova cultura, onde o trabalho individual dá espaço ao trabalho associativo e a união de capacidades, transformando o trabalho alienado em consciente e transformador e a atitude de competição em postura de cooperação entre todos.

Para Borba (2011), o movimento das incubadoras universitárias no Brasil, teve início a partir do movimento das incubadoras de empresas na década de 1980, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e adesão de agências como Financiadora de Estudos e projetos (FINEP) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). A criação e o fomento às incubadoras, além de melhorar as condições dos empreendimentos por meio de transferência de tecnologia social em gestão e produção, desenvolve ações sócias e políticas com os coletivos solidários, buscando construir ferramentas para que os empreendimentos se tornem sustentáveis nos aspectos econômicos, sociais, políticos e de gestão.

Para o PRONINC (2011), as incubadoras têm o objetivo de:

[...] apoiar e assessorar novos empreendimentos econômicos solidários ou fortalecer empreendimentos já existentes, oferecendo qualificação e assistência técnica durante o período de incubação. As Incubadoras de EES são, em sua maioria, vinculadas às universidades (públicas ou privadas) ou a outras instituições de ensino superior, as quais têm também a missão de formar docentes e discentes na temática da Economia Solidária (PRONINC, 2011. p. 12).

As incubadoras de empreendimentos solidários procuram por meio de suas atividades, a promoção de processos de desenvolvimento mais justo e igualitário, além de ser uma possibilidade de implementação das políticas públicas necessários para o enfrentamento dessas distorções. Elas procuram organizar os trabalhadores, bem como requalificá-los para que os mesmos tenham oportunidade de entrar no mercado, de forma que os possibilitem conquistar sua autonomia organizativa e a viabilidade econômica favorecendo assim, a inclusão na sociedade (PRONINC, 2011).

2.2 Inclusão Produtiva e Geração de Renda

A inclusão produtiva caracteriza-se como uma política pública que tem como base legal a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na Lei Nº 12.435, DE 6 DE JULHO DE 2011 em seu art. 2º declara a promoção da integração ao mercado do trabalho e em seu art. 25 declara os projetos e programas de capacitação e inserção produtiva, com a finalidade de atender pessoas em situação de vulnerabilidade social.

De acordo com Nunes (2012), incluir significa oferecer meios para que as pessoas tenham condições de superar as desigualdades, da mesma forma que obtenham acesso as facilidades do mundo moderno.

A inclusão produtiva na assistência social foi pensada como uma referência de sobrevivência, garantia de que todos terão acesso a uma forma monetária que contribua para a superação das desigualdades ocasionadas pela falta de emprego, independentemente de suas limitações e capacidades (NUNES, 2012, p. 51).

Dessa forma, reforça o autor acima citado, torna-se um desafio a erradicação da pobreza e a retirada da população excluída da condição de inacessibilidades. Faz-se necessário que haja ações governamentais voltadas para a classe desprovidas e que promovam a inclusão produtiva dessas pessoas. Diante da conjuntura atual, está cada vez mais difícil o acesso ao mercado, principalmente quando grupos de trabalhadores se encontram em situação informal.

Para Reis (2012), a inserção do cidadão na sociedade se dá pela integração ao trabalho, para que esse possa lhe oferecer autonomia para uma vida digna:

[...] um processo de mudança de patamar dos grupos vulneráveis, possibilitando o deslocamento dos sujeitos da condição de inclusão marginal para uma condição de acesso e ascendência socioeconômica efetiva na sua condição de vida. Isso se dá por meio de atividade produtiva que possa gerar

autonomia, empoderamento e cidadania aos sujeitos envolvidos no mundo do trabalho (REIS, 2012, p. 87).

Destarte, incluir envolve tanto iniciativas de qualificação profissional, como o apoio a geração de renda, incentivos a conquista de autonomia para uma vida digna e sustentável dentre outros (REIS, 2012).

A inclusão produtiva é definida no edital da Secretaria Nacional de Assistência Social como:

A inclusão produtiva consiste, no seu sentido mais operativo, no esforço para a mobilização das capacidades sociais e produtivas das comunidades, buscando induzir ou provocar um processo de desenvolvimento por meio de projetos integrados de educação sócio-profissional, cidadã e ético-política, investimentos em capital para possibilitar o acesso aos meios de produção e assistência técnica. O ponto de partida é o fortalecimento das formas de organização e iniciativas de produção no território, garantindo novos meios e capacidades coletivas de produção e gestão, com respeito e preservação das formas organizativas, do patrimônio cultural e artístico das comunidades e do meio ambiente, conforme orientação da LOAS. Nesse sentido, as ações da inclusão produtiva buscam a ampliação da capacidade de autogestão econômica e social das comunidades, por meio da vivência e troca de experiência sobre formas coletivas de organização da produção, a promoção de arranjos produtivos viáveis e sustentáveis, reconhecendo o papel de protagonista ativo das comunidades na promoção do seu próprio desenvolvimento (Edital nº001/SNAS/MDS,2007, p.3).

Percebe-se que cresce cada vez mais o número de pessoas que vivenciam o processo de inclusão para exclusão, distanciando-o da condição de cidadão. Isso inclui também a falta de acesso à justiça, a bens e serviços, à segurança e a própria cidadania.

Grande parte dos trabalhadores vivenciam o desemprego impulsionados pela crise no mundo do trabalho, tornando-os vulneráveis e com a capacidade limitada em solucionar a situação (REIS, 2012).

Com base em Nunes (2012), o significado de exclusão social pode ser entendido como:

[...] as transformações sociais ocasionadas pela reestruturação produtiva estabeleceram novas relações de exclusão para a classe trabalhadora; assim, as pessoas que no passado recente tinham pleno acesso aos bens e serviços necessários à manutenção e à reprodução de um digno padrão de vida e, como consequência, da perda do emprego e da diminuição da proteção, deixaram de usufruir o pleno acesso aos costumeiros bens e serviços. Saíram de uma condição de incluído para excluído das relações econômicas, e de um conjunto de direitos sociais conquistados, no momento em que estavam incluídos. Portanto, definir o termo exclusão social torna-se uma tarefa das mais complexas, pois são várias as questões interligadas, já que o excluído, no período atual, não é somente aquele que no passado vivia em condição de pobreza; estão também, aqueles que perderam o emprego e a proteção que esse lhe oferecia (NUNES, 2012, P. 55).

Nesse sentido, é notório observar que para o enfrentamento da exclusão, é necessário que haja sistemas de proteção social com propostas de erradicação da pobreza, bem como políticas integradas que assegurem as condições mínimas para o desenvolvimento econômico, social e humano. Em muitos casos, diante da conjuntura social fragilizada, e a desigualdade que impossibilita o cidadão obter condições para manter suas necessidades básicas de sobrevivência e de sua família, o próprio cidadão desenvolve meios para enfrentar essas dificuldades, criando possibilidades de acesso a mercado através de seu próprio empreendimento (NUNES, 2012).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi possível identificar que as incubadoras possuem um grande e importante papel na formação desses empreendimentos. Geralmente o trabalho de incubação constitui uma ação sistemática de monitoramento através de atividades de campo desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar, metodologia de trabalho que varia de cada incubadora seguida por um plano de trabalho com objetivos e metas estabelecidas por meio de diálogo traçados diretamente com os sujeitos incubados.

A orientação geral das incubadoras de empreendimentos solidários segundo Gandolfi et al (2009), é a da construção de um novo tipo de economia popular na sociedade de classes, onde o processo de desenvolvimento do empreendimento é trabalhado por meio de três fases: Pré-incubação, incubação e pós-incubação.

- A pré-incubação consiste em realização de entrevistas, projetos e apresentação do empreendimento que será incubado.
- A incubação é o ato de incubar, oferecer cursos, oficinas e atividades que os empreendedores irão realizar para aprimorar seu conhecimento.
- E a fase da desincubação ocorre quando o grupo está seguro e preparado para desenvolver a autogestão de seu empreendimento, ou seja, não existe um prazo pré-determinado para isso.

Os proventos proporcionados pelos processos de incubação parecem ser inúmeros. Este método introduz os empreendedores ao conhecimento técnico-social para a sustentabilidade e solidificação do seu negócio.

É possível identificar no geral algumas das muitas questões importantes no que concerne aos processos de incubação e de autogestão das incubadoras como o todo, tais como especificados abaixo:

QUADRO 1. PROCESSO DE INCUBAÇÃO

Processo de Incubação	
Objetivos	Formação e consolidação dos empreendimentos.
Etapas	Pré-incubação: fase inicial da Incubação, familiarização com o empreendimento. Incubação: desenvolvimento de atividades, orientação e monitoramento. Desincubação: ocorrerá quando os empreendedores estiverem seguros e aptos a desenvolverem a autogestão, tendo conhecimento e habilidades para buscar e manter a sustentabilidade.
Importância	Geração de emprego e renda, conhecimento adquirido, oportunidade de mercado, autonomia organizativa, inclusão.

Fonte: Organizado pela autora. Dados: PRONINC, 2017.

Pode-se perceber que existe um impacto positivo na vida de cada empreendedor que faz parte do processo de incubação, visto que esse apoio dado por parte das incubadoras contribui com a realidade social, significando a conquista de uma vida mais digna e um trabalho humano, onde a geração de renda não é apenas um lucro obtido, mas a conquista das metas e objetivos estabelecidos.

Segundo Bezerra et al (Acessado em: 15 Fev. 2018), as incubadoras sociais além de oferecer um impacto na sociedade, também atuam de forma contínua e repassa para a sociedade o conhecimento que é gerado no âmbito acadêmico. As mudanças oferecidas pelas incubadoras são diversas, podendo ser refletido nos espaços sociais, econômicos e culturais através de capacitação, difusão da ciência, melhoria da qualidade de vida, empregabilidade entre outros.

Nota-se que sem o apoio das incubadoras a esses empreendimentos

seria mais difícil manter-se no mercado, devido a vários fatores como a dificuldade comercial, espaço de mercado, experiência com vendas e preços, capital de giro e o próprio conhecimento de gestão.

Assim como para os grupos de empreendimentos econômicos solidários, é uma importante oportunidade de qualificação e desenvolvimento social, também se torna um meio de aprendizado e troca de experiência para as incubadoras nas universidades, visto que isto fortalece suas funções que é produzir, sistematizar e difundir o conhecimento. Por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre universidade e a sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se identificar que as incubadoras proporcionam grande impacto na vida dos empreendedores, além de ser um canal que liga a universidade e a comunidade, ela também amplia as chances desses grupos permanecerem no mercado e faz com que haja mudanças em suas vidas de forma positiva, sua atuação consegue gerar o desenvolvimento social, econômico e humano, e conseqüentemente contribui para a inclusão produtiva.

Da mesma forma que as Incubadoras de empreendimentos solidários nas universidades possuem uma grande importância para o desenvolvimento local, também são um instrumento de integração ao ensino, pesquisa e extensão direcionadas a atender a demanda da sociedade. Isso porque elas atuam como um catalizador para solucionar vários problemas sociais, principalmente por ser um meio destinado a dar assistência e amparar o estágio inicial de empreendimentos, favorecendo o conhecimento, a autonomia organizativa, e a viabilidade econômica.

Percebe-se que as universidades são o *lócus* fundamental para a ação das incubadoras e tem impacto direto sobre o desenvolvimento das atividades demandadas através das metodologias de acompanhamento aos empreendimentos incubados, elas contribuem para maior estabilidade das equipes executoras garantindo continuidade das atividades ao longo de todo o processo da incubação.

Destarte, é válido dizer que é imprescindível apoiar este tipo de iniciativa em âmbito nacional visando não apenas o desenvolvimento socioeconômico, mas o desenvolvimento de forma ampla, qualitativa, que proporcione uma considerável mudança na qualidade de vida das pessoas que se encontram a margem da sociedade, onde todos sejam incluídos de forma igualitária.

5 REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Adriel Felipe de Araújo. Et al. **As incubadoras Sociais e o Desenvolvimento Local: o que é e porque apoiar a iniciativa**. ANPROTEC, XXII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas. UFRN. Acessado em: 15 Fev. 2018.
- BORBA, Tatiana Santos. **Incubadoras Universitárias e movimento social da economia solidária**. Salvador: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2011.
- CULTI, Maria Nezilda. **Economia Solidária: Incubadoras Universitárias e processo educativo**. Universidade Federal do Amazonas (UEM).2007.
- FRANÇA FILHO, G. C.; CUNHA, E. V. **Incubação de redes locais de economia solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-luzia e da metodologia da ITES/UFBA**. Organizações e Sociedade. Salvador. v. 16, n. 51, p. 725-747, out./ dez. 2009.
- INSTITUTO DE ASSESSORIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO-IADH. **Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários-PRONINC**. Recife, 2011. P. 340.
- Lei Orgânica da Assistência Social. LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm> Acessado em: 25 Fev. 2018.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME- SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL. **Normas para a cooperação técnica e financeira na implementação de projetos de promoção da inclusão produtiva, no âmbito do SUAS, em 2007**. EDITAL 001/SNAS/MDS-2007.
- NUNES, Neuza Maria dos Santos. **Inserção produtiva e assistência social: caminhos para a inclusão?**. Porto Alegre, 2012. p. 117.
- PERISSÉ, Camille. ADDOR, Felipe. Et al. **A avaliação do PRONINC 2017: metodologia e resultados**. Mercado de trabalho. Rio de janeiro, 2017.
- PRONINC. **AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS**. Recife: IADH, 2011.
- REIS, Maria Cristina Abreu Domingos. **A gestão social e a inclusão produtiva: limites e possibilidades da ação do fórum pró-trabalho das pessoas com deficiências e reabilitadas**. Belo Horizonte, 2012.